



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
Conselho Nacional de Previdência Social

ATA

297ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - CNPS -

Brasília/DF, 27 de julho de 2023

ATA DA 297ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPS

DATA: 27 de julho de 2023

LOCAL: MPS, Bloco F, 9º andar, Sala 902

PRESENCAS

Representantes do Governo MPS – Carlos Roberto Lupi SRGPS/MPS – Adroaldo da Cunha Portal SRGPS/MPS – Benedito Adalberto Brunca INSS – Alessandro Antônio Stefanutto INSS – Andre Paulo Felix Fidelis CONJUR/MPS – José David Pinheiro Silvério SRPC/MPS – Paulo Roberto dos Santos Pinto	Representantes dos Trabalhadores em Atividade FS – Odair Antonio Bortoloso CUT – Ariovaldo de Camargo CONTAG – Evandro José Morello CTB – Rolando Medeiros
Representantes dos Aposentados e Pensionistas SINTAPI/CUT – José Tadeu Peixoto da Costa CSB – Bartolomeu Evangelista de França COBAP – Obede Muniz Teodoro	Representantes dos Empregadores CNI – Wilson Brueckheimer Junior CNC – Helio Queiroz da Silva CNA – Carolina Carvalhais Vieira de Melo
Palestrante/Convidado DATAPREV – Rodrigo Assumpção	

I – ABERTURA

Presidindo a mesa, o **Presidente, Sr. Carlos Lupi**, abriu a 297ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), dando posse ao Sr. Alessandro Stefanutto, novo Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Registrou a presença do Sr. Rodrigo Assumpção, novo Presidente da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV), destacando que era seu admirador pessoal e que se sentia muito honrado em partilhar qualquer reunião, principalmente do CNPS, na qual teriam o privilégio de ouvi-lo. Registrou que todos(as) eram gratos pelo seu empenho e esforço para recuperar e resgatar a DATAPREV, que estava às vésperas de ser privatizada.

II – ORDEM DO DIA

O **Sr. Presidente** levou ao conhecimento a pauta da reunião: I – Abertura; II – Ordem do Dia: 1) Sistemas Corporativos da DATAPREV: Rodrigo Assumpção, Presidente da DATAPREV; 2) Painel da Transparência: José Renato Moraes Mousinho, Coordenador-Geral de Relacionamento com o Cidadão do INSS; 3) MP nº 1.181/23 e atos regulamentares do PEFPS: Adroaldo da Cunha Portal, Secretário do Regime Geral de Previdência Social e Alessandro Stefanutto, Presidente do INSS; III – Encerramento. Afirmou que o Secretário do Regime Geral de Previdência Social tinha total e irrestrito apoio e confiança do Ministério da Previdência Social (MPS) no seu trabalho e na sua coragem e abnegação em servir a população, liderando a Secretaria do Regime Geral da Previdência Social (SRGPS), e comandando o setor essencial e estratégico da perícia médica do INSS; e que representava com muita dignidade o serviço público, um exemplo de superação. Informou que provavelmente seriam realizadas reuniões extraordinárias do CNPS nas primeiras semanas de agosto, para tratar sobre a questão orçamentária e das taxas de juros. Abertos os trabalhos, com a palavra, o **Sr. Helio Queiroz** recordou que, na reunião anterior, haviam deliberado dois assuntos para a pauta dessa reunião e explanou que foi esclarecido pelo Sr. Benedito Adalberto Brunca sobre os motivos da retirada desses itens, devido à importância dessa pauta apresentada, todavia, sugeriu que fosse incluída, para debate, a proposta de que a primeira concessão de empréstimo fosse liberada apenas para aqueles que possuem o nível prata e, caso não houvesse consenso, fosse disponibilizada às instituições, principalmente aos bancos, um *Application Programming Interface* (API) com dupla autenticação. O **Sr. Presidente** pontuou que seria necessário um prazo para que o novo Presidente do INSS pudesse examinar, para tratar desse tema com mais profundidade, solicitou que houvesse a compreensão do conselheiro e sugeriu que o tema fosse incluído como primeiro item de pauta da reunião extraordinária. Acatada a sugestão, instou-se o primeiro ponto de pauta: Sistemas Corporativo da DATAPREV. De posse da palavra, o **Sr. Rodrigo Assumpção** deu início à apresentação da atuação da DATAPREV no ecossistema da Previdência Social. Explanou que a DATAPREV é uma empresa pública de capital misto, 49% pertencente ao INSS e 51% à União, com sede em Brasília, possuía três *data centers* com certificação *Tier 3* localizados em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo; e registrou que havia 3.064 empregados; mais de 400 serviços previdenciários, assistenciais e trabalhistas realizados, 42 bilhões de registros em suas bases de dados e mais de 100 milhões de acessos a serviços digitais por mês. Quanto à atuação na Previdência Social, demonstrou os seguintes dados: 50 milhões de atendimentos eletrônicos/mês, 1,4 milhão de atendimentos presenciais/mês, 38,2 milhões de benefícios/mês pagos, 900 mil requerimentos de benefícios/mês, 291 produtos no âmbito da Previdência Social, 231,8 mil perícias realizadas/mês, em

36 média, em 2023; mais de 400 mil usuários ativos e 60 milhões de contratos de crédito consignado. Relacionou quais seriam
37 os principais sistemas de missão crítica do INSS e Perícia Médica Federal (PMF), sendo eles: PAT/Meu INSS, CNIS (extrato
38 e portal), PRISMA/SABI, SIBE, PMF Perícias e SISPAGBEN/SUB. Quanto à plataforma social, ponderou que o Brasil foi um
39 dos países que melhor reagiu à crise pandêmica, em termos de pagamentos de benefícios extraordinários, especialmente
40 pela rapidez em que os primeiros benefícios foram pagos após a promulgação da legislação. Discorreu que, além do
41 compromisso da Caixa Econômica Federal (CEF) e da DATAPREV, o grande segredo estava no Cadastro Nacional de
42 Informações Sociais (CNIS) – que, à semelhança de rodovias, portos, aeroportos do país, é uma infraestrutura de Estado
43 brasileiro que sustentava a sua atuação, possibilitaria a execução de políticas públicas -, o qual possui como números: 42
44 bilhões de informações cadastrais e laborais no CNIS, 10,3 bilhões de informações trabalhistas no e-Social, 35,4 bilhões de
45 remunerações, 4,8 bilhões de contribuições, 1,6 bilhões de vínculos, 16,5 milhões de nascimentos, casamentos e óbitos
46 no Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (SIRC), 451,4 milhões de dados de identificação de pessoa física e
47 74,7 milhões de dados de cadastro de pessoa jurídica. Explanou sobre as ações de disponibilidade dos sistemas,
48 destacando: o processo continuado de modernização, que possui como desafio a migração do CNIS de *Mainframe* para
49 geração da Folha na plataforma baixa; realização da segregação de ambientes para usuários internos e externos; realização
50 de governança de acessos para identificação e gerenciamento de risco; e, realização de monitoramento com a verificação
51 de usuários, acessos, transações e perfis de consumo dos serviços. Exibiu quadro com tipo e estoque de filas do
52 INSS/PMF/CRPS/MPS e pontuou que era muito positivo e fundamental a qualificação das diversas filas, e a evolução dos
53 números, para o governo, uma vez que estaria tratando do mesmo fenômeno com a mesma atenção. Apresentou as ações
54 em andamento para enfrentamento da fila do INSS, sendo elas: automatização do reconhecimento de direitos – média
55 mensal de 36%, 1 milhão de processos; automatização da compensação previdenciária – mais de 200 mil elegíveis (50%
56 do estoque) e 1ª entrega de 100 mil processos finalizados; automatização e qualificação dos recursos (CRPS e INSS) –
57 tratamento, qualificação e automatização: 1ª entrega de 600 mil recursos concluídos e mais de 2/3 do fluxo mensal;
58 Programa de Enfrentamento à Fila, MP 1.181/2023 – Fluxo de adesão, validação e pagamento de atividade extraordinária;
59 evoluções no fluxo do AtestMED, com o fito de qualificar o requerimento, utilizar múltiplos atestados e ampliar a duração
60 dos benefícios com atestado; Atestado Médico Eletrônico, o qual alteraria o modelo de reconhecimento, permitiria a
61 concessão automática, utilizaria documentos emitidos por médicos assistentes (público ou privado), reservando ao médico
62 perito a tarefa de monitoramento e auditoria; e implantação do PMF Perícias, resultaria na modernização dos sistemas
63 de realização de perícia médica, conferiria autonomia para evolução dos processos, pois estariam desvinculados do INSS,
64 e realizar exames nas janelas de manutenção programada. Afirmou que tinham consciência da importância dos mutirões
65 e da utilização dos espaços extras ao horário de trabalho, mas alertou que a DATAPREV trabalhava exatamente nesses
66 horários, a fim de permitir o pleno funcionamento dos sistemas. Comentou que estavam unificando o diálogo de forma
67 precisa e que havia um compromisso da DATAPREV em realizar reuniões semanais, em que era negociado e esclarecido
68 sobre a efetiva capacidade de a empresa monitorar quando houvesse tais mutirões, ou mesmo efetuar imprescindíveis
69 alterações e manutenções no sistema, quando não houvesse mutirões. Informou que havia uma determinação de governo
70 para que a DATAPREV ampliasse a sua capacidade, o que seria iniciado com a publicação de edital de concurso público no

71 próximo dia para preenchimentos das vagas remanescentes do Quadro de Lotação de Pessoal (QLP) e publicação do
72 Programa de Desligamento Incentivado (PDI), no mês de agosto de 2023. Acrescentou que já havia uma ampliação
73 significativa dos investimentos em curso em 2023 e que havia uma autorização de contratação de capacidade
74 extraordinária de 60 pessoas, pessoal altamente qualificado que traria domínios e conhecimentos específicos. Por fim,
75 discorreu que havia um processo em andamento de realização de parceria com grandes provedores de tecnologia, que
76 partilhavam os objetivos, resultados e os riscos da ampliação de infraestrutura de capacidade. O **Sr. Presidente** agradeceu
77 a efetiva e eficiente explanação, e salientou que o que foi demonstrado em relação à Previdência Social e ao INSS seria
78 uma prova cabal de que estariam trabalhando em uma reestruturação permanente, orgânica do INSS. Ponderou que o
79 Programa de Enfrentamento à Fila era um programa emergencial e imediato para uma realidade herdada, e que estavam
80 realizando uma série de efetivas atuações e ações para que essa situação não se repetisse. Observou que já foram
81 efetivados mil concursados do INSS em 2023, e, ainda, que estaria em debate com a Ministra de Estado da Gestão e da
82 Inovação em Serviço Público - MGI, Sra. Esther Dweck, a efetivação de mais 250 concursados; e que reivindicaria ao
83 Presidente da República a margem diferencial de 1.900 a 2 mil concursados. Ressaltou que a intenção era cumprir a
84 legislação e alcançar os 45 dias, máximos, para análise dos requerimentos, até o final de 2023; e afirmou que viveriam
85 uma nova fase no INSS a partir de 2024, quando então dariam orgulho à população brasileira, a respeito da eficiência do
86 Estado. Abrindo às manifestações, o **Sr. Evandro Morello** parabenizou pela síntese apresentada dos serviços prestados
87 pela DATAPREV à sociedade brasileira, ao INSS e ao governo de modo geral e recordou que havia acompanhado o debate,
88 entre 2001 e 2002, em que se decidiu em investir na DATAPREV como empresa pública para prestação do serviço
89 necessário. Pontuou que os orgulhava, enquanto cidadãos, ter essa empresa realizando o seu trabalho e externou a sua
90 preocupação com o processo de sucateamento sofrido pela DATAPREV, nas transições de governo dos últimos anos.
91 Observou que, desde 2017, as entidades que trabalham com o INSS no atendimento de entrada dos serviços precisavam
92 muito dos serviços tecnológicos ofertados pela DATAPREV e, nos últimos anos, esses serviços ficaram muito instáveis,
93 prejudicando os segurados e essas entidades; e salientou que era necessário um serviço de *internet* de qualidade para os
94 municípios do interior. Por fim, questionou se poderiam ter segurança de que haveria estabilidade no funcionamento do
95 sistema. O **Sr. José Tadeu Peixoto** comentou que, embora sempre tenha “defendido” a Dataprev, como servidor ativo da
96 Previdência, observou, contudo, que essa não estava provida de todos os recursos necessários para a prestação do seu
97 serviço. Pontuou que o maior problema encontrado no início da sua implementação era a migração de plataformas que
98 não conversavam entre si e registrou as suas expectativas de que houvesse uma modificação em relação a essa questão,
99 assim como uma melhora das condições salariais e de trabalho dos servidores. Com a palavra, o **Sr. Rolando Medeiros**
100 registrou, como representante do Sindicato de Trabalhadores da Previdência Social do Rio de Janeiro e considerando toda
101 informação apresentada, a necessidade da contratação de mais servidores para a DATAPREV, da renovação do parque
102 tecnológico e da implantação das medidas para que houvesse a prestação de serviço com qualidade e indagou o que se
103 tem debatido para que não houvesse mais inconsistências no sistema. Em resposta aos questionamentos, o **Sr. Rodrigo**
104 **Assumpção** explanou que, antes da reforma integral dos *data centers*, e da obtenção da certificação e da qualidade
105 operacional, era necessário realizar, no mínimo, quatro paradas totais dos *data centers* para manutenção dos sistemas de

106 refrigeração e que, após o processo de modernização dessa infraestrutura, não houve nenhuma parada desde 2012.
107 Discorreu que havia um processo constante que estava em um momento bastante positivo de atualização dos sistemas, e
108 explicou que o processo de instabilidade recente veio de atualizações bem-sucedidas; e que havia capacidades crescentes
109 de realizar testes prévios, que ainda estavam aquém de um teste real de um volume similar à produção diária. Arrazoou
110 que existia um planejamento mais adequado do MPS junto ao INSS, para que as mudanças não fossem realizadas de última
111 hora; e informou que foi realizada uma mudança muito recente bastante importante de forma apressada, para a qual não
112 aconteceu nenhum problema, mas salientou que não era o processo ideal. Explanou que não tinha condições de prometer
113 estabilidade, e sim de dizer que a cada evolução feita estariam em um patamar que, ao invés de depender de apenas duas
114 pessoas que conheciam essa linguagem, dependeria de 150 pessoas que dominavam uma linguagem atualizada. Relatou
115 que foram resolvidos dois dos *mainframes* e que, se não houvesse nenhum percalço, a plataforma seria alterada em dois
116 anos e seis meses e que seriam fechados todos os acessos externos ao *mainframe* no próximo mês, permitindo o acesso
117 apenas aos funcionários da DATAPREV. Observou que, além dos ataques, a constante atualização tecnológica era também
118 uma ameaça à instabilidade e que considerava impossível a privatização de uma empresa como a DATAPREV, na realidade
119 atual, sem que houvesse um desastre, uma vez que o setor privado não seria capaz de absorver o grau de incerteza e de
120 resposta ao percalço da política pública. Ponderou que os impactos dos incidentes eram muito distintos e que um dos
121 elementos importantes era uma comunicação primorosa do que estava acontecendo; e salientou que a DATAPREV
122 monitorava 370 sistemas e o INSS apenas 13, havendo uma grande disparidade de informação. Afirmou que, em regra, na
123 maior parte das vezes, a equipe já estaria ciente dos incidentes antes que todos, e que as providências necessárias já
124 estavam sendo tomadas; todavia, corroborou que, de fato, o processo de comunicação existente não contribuía na
125 amenização da sensação de que as próprias ferramentas de trabalho não estavam cumprindo sua finalidade. Com relação
126 à interoperabilidade de dados, relatou que essa questão evoluiu de maneira muito importante e não era mais um
127 problema crítico. De posse da palavra, o **Sr. Odair Bortoloso** indagou quais seriam os tipos de ataques sofridos pela
128 DATAPREV e seu intuito. Em resposta, o **Sr. Rodrigo Assumpção** arrazoou que a transformação digital era um dos principais
129 temas de investimento em todos os setores e que, a partir do momento em que a infraestrutura é digitalizada, isso se
130 tornava um ativo de relevância e poderia ser um ponto de falha de qualquer natureza. Mencionou alguns exemplos de
131 ataques virtuais que tinham como objetivo fraudes, ameaças e chantagens, para os quais deveriam estar preparados e
132 discorreu que, com o avanço da segurança e da privacidade, havia outra camada relevante que deveria assegurar que
133 dados sob a guarda do Estado não seriam utilizados para outras finalidades, que não aquelas acordadas. Não havendo
134 outras manifestações, convidou o CNPS a conhecer um dos *data centers* da DATAPREV, para que os(as) conselheiros(as)
135 tivessem uma dimensão do grau de qualificação técnica atingido, indicou as unidades do Rio de Janeiro ou de São Paulo,
136 visto que teriam maior dimensão do que a unidade de Brasília. Com a palavra, o **Sr. Presidente** informou que conheceu a
137 unidade do Rio de Janeiro, e relatou que gostaria de participar da visita às unidades de São Paulo, ou de Brasília. Finalizado
138 o primeiro item de pauta, instou o segundo: Painel da Transparência. De posse da palavra, o **Sr. José Renato Mousinho**
139 externou a sua satisfação por estar participando como convidado da reunião do CNPS, para apresentação de informações
140 relevantes sobre os dados da fila de análise do INSS, para os quais envidaram esforços e ações estruturantes. Registrou

141 que apresentaria as informações consolidadas do mês de junho de 2023. Em seguida, demonstrou o painel com o número
142 de requerimentos e de benefícios concluídos, os quais totalizavam 798.346 requerimentos; destes, 328.908 eram relativos
143 à Perícia Médica e 469.438 de demais benefícios realizados por análise administrativa. Foram concluídos 345.202
144 requerimentos de Perícia Médica e 515.343 de análise administrativa, sendo 58% concedidos e 42% indeferidos, referente
145 à Perícia Médica, e 51% concedidos e 49% indeferidos de análise administrativa. Informou que, no mês de junho de 2023,
146 havia um estoque de 596.699 requerimentos relativos à Perícia Médica e 1.197.750 relativos à análise administrativa,
147 totalizando 1.794.449 requerimentos. Demonstrou tabela com o estoque por faixa de tempo (em dias). De posse da
148 palavra, o **Sr. Presidente** reforçou que buscaram organizar a fila e recordou que não havia o registro de informações dos
149 pedidos ao INSS antes de 2006, e que apenas com a implementação da Plataforma “Meu INSS” esse registro passou a ser
150 realizado. Explicou que solicitou a inclusão desse Painel da Transparência para que tomassem conhecimento do prazo;
151 informou que o Programa de Enfrentamento à Fila iniciaria pelos requerimentos com maior tempo. Registrou que o portal
152 do INSS era o portal com maior busca de serviços do país, em média 800 mil pedidos, e destacou a necessidade de buscar
153 uma solução para o estoque e, por isso, foi criado o programa, que visa trazer a análise dos requerimentos nos horários
154 extras. Retomada a apresentação, o **Sr. José Renato Mousinho** exibiu gráfico com a representação percentual do estoque
155 por faixa de tempo, o qual demonstrou que 36% da fila estava na faixa de 0 a 45 dias, 24% de 46 a 90 dias, 27% de 91 a
156 180 dias, 11% de 181 a 365 dias e 2% de mais de 365 dias. Demonstrou quadro com o estoque por estado, destacando o
157 Estado do Acre com o menor estoque com 6.211 requerimentos e o Estado de São Paulo com maior estoque com 200.356
158 requerimentos. Elencou os principais motivos de indeferimentos, sendo eles: (i) Benefício Assistencial à Pessoa com
159 Deficiência: deficiência de longo prazo não comprovada na perícia médica; (ii) Auxílio por Incapacidade Temporária:
160 incapacidade para o trabalho ou atividade desempenhada não comprovada na perícia médica; (iii) Benefício Assistencial
161 ao Idoso: renda per capita mensal inferior à ¼ do salário-mínimo, por pessoa (hoje: R\$325,50 cada); (iv) Pensão por Morte:
162 não comprovação do vínculo de companheira(o); (v) Aposentadorias: não possui tempo ou idade, suficientes para a
163 concessão do benefício; e (vii) Salário-Maternidade rural: não afastamento do trabalho ou atividade desempenhada. O **Sr.**
164 **Presidente** salientou que o Benefício Assistencial à Pessoa com Deficiência e o Auxílio por Incapacidade Temporária
165 estavam estreitamente ligados à perícia médica e comunicou que estavam estudando a possibilidade de implantar a
166 telemedicina, porém, observou que havia um aspecto legal e muita resistência em relação a esse tema. O **Sr. José Tadeu**
167 **Peixoto** relatou sobre a dificuldade de deslocamento de médicos peritos para outros locais e pontuou que, em sua opinião,
168 estariam fugindo de suas responsabilidades enquanto servidores públicos. De posse da palavra, o **Sr. José Renato**
169 **Mousinho** apresentou gráfico com dados a respeito de benefícios concedidos. Foram concedidos 463.568 benefícios,
170 desses 43% eram de Benefício por Incapacidade Temporária, 11% de Aposentadorias por Idade, 16% de Salário-
171 Maternidade, 10% de Pensão por Morte, 9% de Benefícios Assistencial à Pessoa com Deficiência, 7% de Benefício
172 Assistencial ao Idoso e 4% de Aposentadoria por Tempo de Contribuição. O **Sr. Presidente** asseverou que estavam
173 preparando um atendimento especial à pessoa com deficiência, na medida que não poderiam tratar de forma igual aqueles
174 que eram diferentes. Finalizando a apresentação, o **Sr. José Renato Mousinho** evidenciou os dados expressivos referentes
175 à Previdência Social, e informou que 38,1 milhões de brasileiros receberam algum benefício no âmbito do INSS em junho

de 2023, o que equivalia a um valor líquido pago de R\$ 92,05 bilhões e que havia 55 milhões de contribuintes. Abrindo aos debates, o **Sr. Bartolomeu França** solicitou esclarecimentos sobre a concessão de aposentadoria sem desconto. O **Sr. Wilson Brueckheimer** destacou que a telemedicina era uma ferramenta amplamente utilizada na saúde, e que poderia auxiliar garantia do prazo legal de 45 dias, bem como no atendimento aos segurados residentes em locais de difícil acesso. O **Sr. Helio Queiroz** parabenizou o Ministro pelo trabalho realizado no INSS e pela equipe formada por pessoas competentes, e registrou a sua admiração e respeito por sua coragem para mudar a vida dos aposentados. Com a palavra, o **Sr. Evandro Morello** afirmou que era muito louvável a abertura dos dados e ponderou que acompanhava esses dados por meio do Boletim Estatístico, para o qual já haviam demandado algumas alterações, para que fossem apresentados dados mais consistentes, exemplificando. Arrazouo que, em seu entendimento, os rurais tinham acima de 50% de indeferimento devido às peculiaridades existentes na análise do seu benefício, e que estavam passando por um processo de transição em relação à situação da Previdência Social, uma vez que tinha um modelo de análise centrado no papel e, no caso dos rurais, foi institucionalizado um formato para fazer o batimento de dados para concessão ou indeferimento automático, apenas a partir de dezembro de 2022. O **Sr. Presidente** destacou que o maior índice de indeferimento da área rural ocorria por falta de conhecimento para preenchimento dos formulários; asseverou que era um dever do Estado dar as condições necessárias para simplificar esse processo. O **Sr. Evandro Morello** ponderou que era necessário esclarecer a população sobre a forma correta de requerer os benefícios, e que seria necessário realizar um processo de capacitação para os servidores referente às mudanças realizadas, e afirmou que eram favoráveis à análise automática do benefício para o trabalhador rural; todavia, observou que estavam havendo muitos indeferimentos indevidos pelo modelo implantado recentemente. Inferiu que era necessário ter um processo de transição mais amplo e sugeriu que se viabilizasse o cumprimento de exigências ao processo, para os casos em que houvesse inconsistências de dados, a fim de que as regras fossem aprimoradas, e reconhecida a situação de cidadania e de direito das pessoas. O **Sr. Presidente** informou que realizou visita ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em que houve o acordo de que os dados de concessão fossem convalidados e, então, enviados para a Previdência Social, o que ainda dependeria do aperfeiçoamento do sistema da DATAPREV. Diante da sugestão apresentada pelo Sr. Evandro Morello, propôs que o prazo para preenchimento de informações continuasse em aberto, até que a pessoa conseguisse o benefício. De posse da palavra, o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** esclareceu que o questionamento do Sr. Bartolomeu França era decorrente de uma reportagem que tratava sobre Pensão por Morte, a qual possui como regra o recebimento de 50% do valor devido mais 10% a cada dependente. Explicou que essa reportagem chamava atenção para o trecho da Emenda Constitucional que trata que o valor deve ser 100% quando o dependente do segurado que morreu fosse considerado inválido ou possuísse alguma deficiência física, mental ou intelectual, não havendo a aplicação da regra proporcional familiar. O **Sr. José Renato Mousinho** observou que as colocações do representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) eram muito pertinentes e alegou que checaria as informações no Boletim Estatístico da Previdência Social, para que contemplasse a diferenciação entre benefícios concedidos e indeferidos urbanos e rurais, a assim houvesse maior transparência. O **Sr. Benedito Adalberto Brunca** redarguiu que tal informação constava apenas no Anuário Estatístico devido à natureza da informação, todavia, e afirmou que sua equipe estudaria a

possibilidade de inclusão dessa informação no Boletim. O **Sr. José Renato Mousinho** relatou que o INSS tem investido bastante na utilização de uma linguagem simples, especialmente na capacitação dos servidores, a fim de que houvesse melhor compreensão por parte do cidadão, e inferiu que seria muito prudente a sugestão de abertura de exigência antes dos indeferimentos automáticos indevidos, no tocante aos segurados especiais trabalhadores rurais. O **Sr. Andre Fidelis** complementou informando que o Sr. Evandro Morello trouxe um caso concreto em que dirigentes de sindicatos de trabalhadores rurais, apesar de receberem remuneração por parte do sindicato, ainda se vinculavam à Previdência Social como trabalhadores rurais, o que deveria ser explicitado aos servidores do INSS. O **Sr. Evandro Morello** comentou que existiam muitas pessoas na área rural que eram presidentes dos comitês de partidos políticos nos municípios, que não recebiam remuneração, e os seus benefícios estavam sendo indeferidos. O **Sr. Ariovaldo de Camargo** registrou que lhe causou estranheza os percentuais de deferimento de aposentadoria, o que poderia ser resultado do impacto da Reforma da Previdência, e recordou que houve um debate de construção de porta de entrada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), para que não houvesse filas para realização de perícias médicas, ficando os peritos responsáveis pela aferição apenas por amostragem. Sugeriu que esse tema fosse debruçado novamente, na perspectiva de construção de algo que acelerasse, ainda que fosse por um período, para que a fila fosse zerada. Com a palavra, o **Sr. José Tadeu Peixoto** sugeriu que se pensasse um novo modelo para a essa área, em especial no que tange à Perícia Médica. Enalteceu a utilização de programas desenvolvidos por servidores e ponderou que o indeferimento realizado automaticamente pelo sistema era fora da realidade, por não contemplar toda a problemática na concessão dos benefícios. O **Sr. Bartolomeu França** comentou sobre caso específico de indeferimento, em que um médico perito não tinha a especialidade adequada para análise da situação, e questionou qual seria a solução para os casos de aposentadoria especial, uma vez que não poderia exercer outra função. O **Sr. Rolando Medeiros** reafirmou a necessidade de cuidado em relação ao *modus operandi* no atendimento aos requerimentos de benefícios previdenciários; e registrou que outro elemento que provocava a negativa da concessão do benefício seria o entendimento da Delegacia de Crimes Previdenciários (DELEPREV), de que um erro cometido pelo servidor seria crime, o que levaria o servidor a negar o benefício, caso houvesse qualquer insegurança quanto a sua concessão. Relatou que deveriam ser consideradas as nuances para a devida concessão dos benefícios previdenciários e assistenciais. O **Sr. Presidente** justificou que teria que se ausentar da reunião, e que passaria a sua condução ao **Presidente Substituto, Sr. Adroaldo Portal**; ressaltou, ainda, que havia a necessidade de alteração de lei para algumas situações colocadas, o que não seria fácil. Contemporizou que alguns teriam a concepção de que o Estado deveria dar lucro, enquanto, na realidade, o Estado visa o bem-estar da sociedade. Ponderou que tal concepção não mudaria rapidamente, não ao menos, sem um grande debate social. Alegou que as sugestões apresentadas eram muito úteis, todavia, solicitou a compreensão de todos(as) e asseverou que, a partir de 2024, seria necessário discutir os efeitos da antirreforma da Previdência Social. De posse da palavra, o **Sr. Evandro Morello** discorreu que muitas das agências do INSS fechadas no processo de pandemia não foram reabertas, e que muitas das agências localizadas no interior estavam totalmente desestruturadas e funcionavam precariamente. Comentou que a discussão sobre a automação, sobre a tecnologia e sobre a digitalização era fundamental, mas era necessário dar atenção à necessidade de recompor o atendimento presencial, em boa parte dos municípios do país. O **Sr. Adroaldo Portal** informou que o Sr. Benedito

Adalberto Brunca foi chefe da Perícia Médica por cerca de 13 anos, e solicitou-lhe que relatasse sobre a sua experiência. Arrazouo que a discussão sobre a insatisfação em relação às decisões tomadas pelos médicos peritos extrapolava o âmbito da Previdência Social. O **Sr. Benedito Adalberto Brunca** relatou que a distinção entre os conceitos de doença e de incapacidade era fundamental, bem como a diferenciação entre o estado de necessidade e a possibilidade de amparo da solicitação era uma tarefa árdua do servidor do INSS e da PFM. Esclareceu que não havia possibilidade de transformar a PMF em perícia especializada, e que a Lei nº 8.213/1991 teve o seu artigo 60, §5º alterado, o qual delegou a possibilidade do SUS participar de maneira efetiva, em parceria com a Previdência Social, para a realização de perícias médicas, mas nunca se tornou viável, uma vez que o SUS também tinha graves limitações no atendimento da população brasileira. Explanou que havia outra forma de acolhimento das situações com a criação da possibilidade de aceitação do atestado, que tem sido utilizado como objetivo de análise e concessão de benefício, e informou que a Portaria nº 573 do Ministério Público Federal (MPF) estimulava a formalização de Acordos de Cooperação Técnica (ACTs), e foi assinada Portaria Conjunta MPS e INSS estabelecendo as regras de validade do Atestmed, ampliando a possibilidade de sua utilização para benefícios mantidos por até 180 dias. Concordou que seria necessário realizar capacitações, considerando o processo de humanização, assim como preparar a sociedade brasileira, e pontuou que seria encaminhada aos membros do CNPS uma apresentação esclarecendo a utilização do Atestmed. Registrou que foram formalizados ACTs com a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNI), com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte e com a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio) de São Paulo, no mês de junho de 2023, e que seria necessário estimular esses acordos. O **Sr. Wilson Brueckheimer** postulou que as empresas poderiam ser mais atuantes e mais participativas no processo, especialmente aquelas que possuem serviços médicos, e que poderiam auxiliar na instrução processual. Com a palavra, o **Sr. Adroaldo Portal** informou que é projeto do MPS a intensificação da análise documental de requerimento inicial, referente aos benefícios por incapacidade; destacou que, em decisão consensual, o atestado de afastamento por incapacidade de até 180 dias passará, prioritariamente, por análise documental em requerimento inicial, mas que a renovação será realizada por perícia presencial e que o perito teria autorização legal e administrativa para somar o tempo de afastamento contido nos atestados, para fins de concessão e manutenção. Acrescentou que foi incluída a dispensa da perícia presencial, quando da necessidade de perícia hospitalar, e que fosse realizada apenas a análise documental de demandas judiciais; comentou sobre o alto índice de indeferimento de benefícios por incapacidade para pessoas desempregadas, quando comparados aos indeferimentos aos segurados empregados. Salientou o problema de o Estado brasileiro deixar de cumprir a sua obrigação no tempo legal, e que estavam trabalhando fortemente na revisão do modelo de avaliação feita pela PMF, principalmente para o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Concluído o tema, passou-se ao terceiro ponto de pauta: MP 1.181/2023 e atos regulamentares do PEFPS. De posse da palavra, o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** deu início a apresentação do Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social (PEFPS), demonstrando o arcabouço normativo que seria encaminhado aos membros do CNPS, sendo eles: Medida Provisória nº 1.881, de 18 de julho de 2023, que instituiu o PEFPS, o Pagamento Extraordinário por Redução da Fila do INSS (PERF-INSS) e o Pagamento Extraordinário por Redução da Fila da Perícia Médica Federal (PERF-PMF); Portaria Conjunta MGI/MPS nº 27, de 20 de julho de 2023, que disciplinou o PEFPS e instituiu o Comitê de

Acompanhamento; Portaria Conjunta PRES/DIRBENS/INSS nº 83, de 19 de julho de 2023, que estabeleceu os procedimentos operacionais no âmbito do INSS; e a Portaria SRGPS/MPS nº 2.592, de 21 de julho de 2023, que estabeleceu os procedimentos operacionais no âmbito do Departamento de Perícia Médica Federal (DPMF). Relatou que os principais objetivos eram reduzir o estoque de processos administrativos de reconhecimento inicial de direitos, manutenção, revisão e recursos de benefícios acima de 45 dias; reduzir o estoque de exames médico-periciais acima de 30 dias, de análises documentais e relativos à perícia médica oficial do servidor público federal; disponibilizar serviços médicos-periciais em unidades sem oferta regular; reduzir o estoque de demandas judiciais; e, reduzir o tempo médio de espera do agendamento das avaliações sociais. Informou que o impacto orçamentário previsto em 2023 e em 2024 era de R\$ 129.908.544,00, sendo R\$ 69.428.544,00 no PERF-INSS e R\$ 60.480.000,00 no PERF-PMF, e que o PERF-INSS corresponderia ao valor de R\$ 68,00 para cada ponto em tarefas concluídas, conforme tabela de correlação de serviço constante no Anexo I da Portaria Conjunta MGI/MPS nº 27, de 2023. Já o PERF-MPF corresponderia ao valor de R\$ 75,00 para cada ponto em tarefas concluídas, conforme tabela de correlação de serviço constante no Anexo II da Portaria Conjunta MGI/MPS nº 27, de 2023, visto que o valor pago por competência não poderia ultrapassar o limite máximo de R\$ 10.064,00 (148 pontos por mês) e R\$ 18.900,00 (252 pontos por mês), respectivamente. O **Sr. Andre Fidelis** complementou explicando como foram realizados os cálculos para a definição do limite máximo pago de PERF-INSS. Discorreu que os modelos de pagamento extraordinário utilizados no passado demonstravam que 90% dos servidores recebiam até R\$ 10 mil, enquanto que 70% não ultrapassavam o recebimento de R\$ 5 mil, havendo apenas casos excepcionais de servidores que conseguiram receber o teto do Superior Tribunal Federal (STF); informou que 2.104 servidores aderiram ao programa até o momento. Dando continuidade, o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** esclareceu que o acréscimo às metas de produtividade era condição para o recebimento do PERF-INSS e do PERF-PMF e seria exigido apenas em dias úteis. O **Sr. Andre Fidelis** elencou as condições para recebimento do PERF-INSS, sendo elas: cumprimento da meta de produtividade ordinária, acrescida dos pontos de que trata o art. 9º da Portaria Conjunta MGI/MPS nº 27, de 2023; conclusão da tarefa em fila extraordinária no PAT/GET, desde que atenda as demais condições estabelecidas na Portaria INSS; e conclusão da subtarefa de avaliação social em qualquer fila do PAT/GET fora do horário previsto ou realizado, desde que atenda as demais condições estabelecidas na Portaria Conjunta PRES/INSS nº 83, de 19 de julho de 2023. Em seguida, o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** elencou também as condições para recebimento do PERF-PMF, sendo: cumprimento da meta ordinária estabelecida no PGDPMF, acrescida de dois pontos por dia útil; e conclusão das atividades que integram o PEFPS em qualquer dia da semana, à exceção das análises documentais, que somente poderão ser realizadas em dias não úteis. Explicou que poderiam participar do PERF-INSS os profissionais ocupantes de cargo da carreira do Seguro Social, desde que estejam em exercício no INSS ou no MPS, e do PERF-PMF os profissionais integrantes das Carreiras de Perito Médico Federal, de Supervisor Médico Pericial e de Peritos Médicos da Previdência Social, desde que possuíssem adesão ao PGDPMF, os quais não incorram em algum dos seguintes impedimentos comuns: afastamento da execução de alguma das atividades relacionadas com o escopo do programa por determinação judicial ou administrativa; redução de jornada de trabalho por razões de ordem médica, decorrente de decisão administrativa ou judicial; e gozo de licença ou afastamento legal. Impedimentos específicos para participar do PERFPS-INSS: cessão para

316 outro órgão que não seja o MPS; desligamento das CEABs ou dos PGDs por insuficiência de desempenho quanto à
317 produtividade ou quanto à qualidade técnica nos últimos 60 dias; venha a ser desligado no decorrer do PEFPS de ofício ou
318 a pedido nos 30 dias anteriores à data da nova solicitação de adesão; e, venha a ser desligado a pedido do PGD, nos 60
319 dias anteriores à data da nova solicitação de adesão, da modalidade: teletrabalho integral para teletrabalho parcial ou
320 para a modalidade presencial; ou teletrabalho parcial para a modalidade presencial. Impedimentos Específicos para
321 participação do PEFPS-DPMF: desligamento do PGDPMF por insuficiência de desempenho quanto à produtividade ou
322 quanto à qualidade técnica; e venha ser desligado no decorrer do PEFPS de ofício nos últimos 60 dias. Salientou que o
323 PERF-INSS e o PERF-PMF seriam devidos quando do acréscimo real à capacidade operacional regular, individualmente
324 considerada, sem prejuízo das atividades do cargo ocupado e explicou como era realizado o acréscimo do DPMF e do INSS:
325 (i) DPMF: deve cumprir a meta ordinária do PGDPMF mais um adicional de dois pontos por dia útil; (ii) INSS – PGI META:
326 deve cumprir 4,27 ponto por dia útil mais um adicional de 30%; (iii) INSS – PGRP META: deve alcançar 4,27 ponto por dia
327 útil mais um adicional de 5%; (iv) INSS – Está na CEAB, mas não está em PGD: deve alcançar 4,27 pontos por dia útil; (v)
328 INSS – Não está na CEAB e não está em PGD: deve cumprir um ponto em conclusão de tarefa por dia útil; e (vi) INSS – PGRI
329 ou PGRP Produto: deve cumprir um ponto em conclusão de tarefa por dia útil. Informou que havia sete filas extraordinárias
330 que deveriam ser priorizadas no PEFPS-INSS, sendo: 1. Reconhecimento inicial de direito; 2. Avaliação social; 3.
331 Monitoramento Operacional de Benefício (MOB); 4. Implantação de demandas judiciais; 5. Recurso; 6. Revisão; e, 7.
332 Manutenção. Já no PEFPS-DPMF eram priorizados: 1. Exames médico-periciais e as análises de documentais para a
333 concessão do benefício relativo à incapacidade laboral (Atestmed); e, 2. Demais serviços relativos à análise documental.
334 Por fim, relatou que seriam priorizados a avaliação social do BPC (inicial) e a avaliação social LC 142 (inicial) nos serviços
335 de avaliação social e, em um segundo momento, as outras fases de avaliação social poderiam ser contempladas. Abrindo
336 aos debates, o **Sr. Evandro Morello** questionou se foram definidos os parâmetros do monitoramento qualitativo das
337 decisões e sugeriu que fosse realizada uma apresentação sobre essa questão no CNPS. Em resposta, o **Sr. Andre Fidelis**
338 esclareceu que o Sistema de Supervisão Técnica de Benefício (SUPERTEC) estaria focado na atividade do PEFPS e afirmou
339 que haveria controle, inclusive por meio dos comitês de fiscalização na Direção Central e nas superintendências que foram
340 instituídos. O **Sr. Evandro Morello** pontuou que seria importante a apresentação de relatório dos resultados qualitativos
341 das decisões; pelo quê, o **Sr. José Renato Mousinho** asseverou a preocupação registrada, e acrescentou que o SUPERTEC
342 era uma área do INSS de análise de benefícios aleatória, justamente para identificar se o servidor atuou, ou não, de forma
343 correta na análise do benefício. Informou que havia alguns dados em relação a essa questão que demonstravam que 91,3%
344 dos benefícios analisados estavam adequados quanto ao mérito da decisão, e que já estavam iniciando o programa de
345 supervisão técnica do PEFPS. Explanou que era solicitada a correção ao servidor, no prazo de cinco dias, caso fosse
346 identificado algum equívoco na análise do requerimento de benefício; e que não era validado o pagamento extraordinário
347 quando não houvesse essa correção. O **Sr. Andre Fidelis** complementou relatando que esse PEFPS tinha o envolvimento
348 do MPS e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) por meio do comitê e colocou o INSS à
349 disposição para apresentação sobre o funcionamento do SUPERTEC e da prestação de contas do PEFPS. Com a palavra, o
350 **Sr. Adroaldo Portal** afirmou que há uma preocupação de se estabelecer um monitoramento muito próximo nos últimos

meses referente à qualidade das análises e dos processos da PMF e da execução do PEFPS e informou que o Comitê Gestor, cuja portaria de instituição seria publicada na próxima segunda-feira, estabeleceria uma fiscalização muito dura em relação à execução do bônus. Relatou que tiveram acesso aos relatórios produzidos pela Coordenadoria-Geral da União (CGU), quanto ao último período de bônus do INSS e da PMF, nos quais puderam analisar uma série de distorções, que foram consideradas na adoção do novo programa, de modo que não fossem cometidos os mesmos erros. O **Sr. Evandro Morello** recordou que já haviam discutido sobre as várias entidades que possuem ACTs com o INSS, referente à possibilidade de oferecer o serviço de requerimento no Atestmed, e pontuou que seria urgente verificar o sistema disponível na plataforma para disponibilização do serviço. O **Sr. José Tadeu Peixoto** registrou que estava ciente que não teriam condições de atender cada especialidade, mas sugeriu que o modelo fosse alterado para avançar nessa questão. O **Sr. Adroaldo Portal** ponderou que havia a expectativa de que as questões fossem dirimidas em um curto espaço de tempo em relação aos afastamentos temporários, uma vez que a intenção do MPS e do DPMF era valorizar a manifestação feita pelo médico assistente; ponderou que seria oportuno abrir o diálogo para qualificar a relação entre Previdência Social, perícia médica e médicos assistentes, a fim de que houvesse avanços. O **Sr. Rolando Medeiros** solicitou esclarecimentos sobre a estrutura do SUPERTEC e, em resposta, o **Sr. Andre Fidelis** explicou que essa estrutura seguia a cadeia do INSS, estava sob responsabilidade da Coordenação-Geral de Reconhecimento de Direito, ora composta por servidores lotados nas gerências executivas e nas superintendências, com o acompanhamento da Diretoria de Benefícios. Continuando a sua manifestação, o **Sr. Rolando Medeiros** relatou um caso concreto em que não houve a implantação do benefício pelo INSS, mesmo com a manutenção da decisão de deferimento da Junta de Recurso pela Câmara de Julgamento (CAJ); lembrou que havia relatado na 295ª Reunião Ordinária do CNPS sobre as situações em que o médico perito estava concedendo o afastamento do trabalho, sem que houvesse a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT). Com a palavra, o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** observou que a única hipótese em que isso poderia ocorrer seria em casos de Nexo Técnico Epidemiológico (NTEP), quando existia indexação entre o fato gerador do Benefício por Incapacidade e o CNAE da empresa. O **Sr. Odair Bortoloso** comentou que havia maior dificuldade para as pessoas se aposentarem a partir da Reforma da Previdência, e questionou se havia a possibilidade de ter fila apenas para a PMF. Em resposta, o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** explicou que, em sua opinião, não havia essa possibilidade, uma vez que havia o direito de peticionar, mesmo que não houvesse os parâmetros necessários para concessão. O **Sr. Adroaldo Portal** complementou relatando que não haveria uma diminuição no número das petições devido à reforma, mas sim uma discussão sobre a qualidade do direito. Finalizadas as manifestações, recordou que seria realizada convocação de pelo menos uma extraordinária do CNPS antes da próxima reunião ordinária, para votação das questões relacionadas ao orçamento, e questionou a opinião dos(as) conselheiros em relação a realizá-la de forma virtual. Não havendo manifestações contrárias, alegou que a comunicação da sua realização seria feita com a devida antecedência mínima.

III – ENCERRAMENTO

383 Finalizados os itens da pauta e nada mais havendo a tratar, o **Sr. Adroaldo Portal** deu por encerrada a 297ª Reunião
384 Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS. E, para que tudo fique devidamente documentado, lavrada
385 a presente Ata que, após lida e achada conforme, será aprovada pelo Colegiado.